



**História e Crime – Fontes e acervos sobre a História da criminalidade:
Entrevista realizada com o Historiador Doutor Ivan de Andrade Vellasco**

Michele de Oliveira Casali¹

Marluce Dias Fagundes²

Guilherme Masi³

Maíra Oliveira dos Santos⁴

Luísa Valdez⁵

Ivan de Andrade Vellasco⁶

Entre os dias 31 de maio a 02 de junho de 2017 o historiador Ivan de Andrade Vellasco esteve na Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS em São Leopoldo/RS compondo mesa redonda e participando do *III Simpósio Nacional de História do Crime, da Polícia e Justiça Criminal* e *I Encontro Internacional de História do Crime, da Polícia, das práticas de Justiça e suas fontes*.⁷ Felizmente, sua vinda ao Rio Grande do Sul coincidiu com a divulgação do dossiê “História e crime”, o que possibilitou a entrevista ora apresentada. Atualmente, Ivan Vellasco é professor da Universidade Federal de São João Del-Rei e coordena um importante projeto intitulado Forum Documenta cujo objetivo é a restauração e

¹ Mestranda em História pela UFRGS, bolsista CAPES e Editora-Chefe da Revista AEDOS. E-mail: michelelcasali@gmail.com.

² Mestranda em História pela UFRGS, bolsista CNPq e integrante da Equipe Editorial da Revista AEDOS. E-mail: malufagundes@gmail.com

³ Mestrando em História pela UFRGS. E-mail: guilhermenpm@gmail.com

⁴ Mestranda em História pela UFRGS, bolsista CNPq e integrante da Equipe Editorial da Revista AEDOS. E-mail: mairaosn@gmail.com

⁵ Doutoranda em História pela UFRGS, bolsista CNPq e integrante da Equipe Editorial da Revista AEDOS. E-mail: lucaiaffo@gmail.com.

⁶ Professor da Universidade Federal de São João Del-Rei, Minas Gerais, Brasil. E-mail: vellasco.ivan@gmail.com.

⁷ Agradecemos a Professora Maíra Vendrame que, gentilmente, nos disponibilizou um espaço nas dependências da UNISINOS para a realização das entrevistas que compõem o dossiê “História e Crime”.

processamento em bancos de dados dos acervos judiciários espalhados nos arquivos cartoriais do estado de Minas Gerais. Ademais, amplamente reconhecido pelo uso farto da documentação em suas pesquisas, sua tese de doutorado “As seduções da Ordem: Violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais, século XIX”, premiada pelo Concurso Brasileiro CNPq - ANPOCS de Obras Científicas e Teses Universitárias em Ciências Sociais em 2003, apontou avanços na historiografia acerca da história da justiça e da criminalidade principalmente ao buscar em fontes como processos criminais, livros de rol de culpados e querelas uma análise mais afinada sobre o longo e complexo processo de interação entre a população e sua relação com o aparato judiciário em formação ao longo do século XIX, bem como, os usos da justiça para o alargamento de participação de diferentes camadas sociais.

Michele de Oliveira Casali: Professor, sua formação acadêmica perpassa áreas da Sociologia e da Antropologia. De que forma o senhor explica a influência dessas áreas para o direcionamento e de sua escrita na área da história?

Ivan de Andrade Vellasco: Minha formação é integralmente em Sociologia, minha graduação, mestrado e doutorado são nas áreas da Sociologia e Antropologia. O interesse pela História é antigo e foi durante o doutorado em função de uma situação não planejada. Em São João Del-Rei nos deparamos com um acervo enorme que foi o primeiro onde trabalhamos, aliás, acervo sobre a criminalidade do século XIX que deu origem inclusive à tese de doutorado, um acervo do Fórum de São João Del-Rei. Eu tinha interesse, já anteriormente, pela sociologia da criminalidade, sobretudo uma literatura americana. Estas circunstâncias na Universidade que eu estava acabaram convergindo para o que seria uma sociologia histórica, uma tentativa de estudo que continuo investigando até hoje. Busco entender processos mais largos no tempo apreendendo variáveis mais constantes, diríamos. Isso é claramente um enviesamento sociológico. A história, por hábito e tradição, trabalha com conjunturas mais delimitadas, temporalidades mais demarcadas, processos e eventos mais finos, mais marcados.

MOC: A abundância da documentação em Minas Gerais também colaborou para a definição de um perfil no departamento onde o senhor trabalha. Foram incorporados esses documentos?

IAV: Sim. Isso foi uma decisão que acabou tendo um desdobramento extremamente interessante. Primeiro porque a partir dessa convergência dos professores... quer dizer, os professores de história e eu, o único da sociologia, convergimos para desenvolver nossas pesquisas com documentação local e do século XIX. Na época ainda tomamos uma decisão de centrar os esforços no século XIX já que havia uma produção enorme sobre o período colonial. Estamos falando dos anos 90 e esta produção historiográfica em Minas Gerais era esporádica, digamos assim. A consequência disso foi que professores inclusive oriundos do Rio de Janeiro e outros estados que transitavam por São João del Rei, mudaram seus focos de pesquisa. A partir daí, passamos a desenvolver um trabalho de identificação, tratamento, conservação, restauro, descrição e disponibilização em bancos de dados, sobretudo através da internet, de vários acervos judiciais inéditos que se encontravam adormecidos em porões e sótãos dos fóruns do interior do estado. Com isso nós constituímos um laboratório – o LABDOC – de conservação e pesquisa documental que já tem continuidade em suas atividades há mais de uma década como parte do projeto que denominamos de Fórum Documenta. Por força deste trabalho, esse laboratório teve que desenvolver, com grande esforço de aquisição, um maquinário de conservação e restauração, pois esses acervos chegam a uma estimativa de 10 mil documentos ou mais. Era uma documentação dos séculos XVIII e XIX, que se encontravam sem nenhum tratamento, sem nenhuma condição. Então tivemos que desenvolver atividades de restauração propriamente dita do papel.

MOC: O senhor deve dispor de uma equipe considerável para o tratamento desse volume de documentação...

IAV: Sim. Atualmente nós temos um bolsista e 6 voluntários de atividade não remunerada, mas que contam essas como atividades extracurriculares na Universidade. Nós já chegamos a ter 30 bolsistas, entre esses alguns financiados pelas prefeituras dos municípios onde se localizam os fóruns e pelas secretarias de cultura. Tínhamos bolsas de fomento com convênios com a prefeitura, bolsas disponibilizadas pela Universidade destinadas a alunos carentes, bolsas CNPQ, etc. Na verdade, o número de pessoas envolvidas é central para a realização desse projeto, porque envolve leitura de documentos manuscritos de até 200 páginas. Em alguns tipos de documentos a identificação é mais simples, como processos cíveis e inventários.

MOC: O fichamento dessas fontes concentra-se na extração de todos os dados possíveis ou na seleção de alguns aspectos?

IAV: No caso dos inventários se vai direto aos dados, como o volume da fortuna e número de escravos. No caso dos processos criminais, por força das pesquisas que eu conduzia, nós construíamos uma ficha bem detalhada. É uma ficha que termina com um pequeno resumo, o que permite, à minha equipe e a qualquer pesquisador que se interesse, a compreensão mais ampla do documento, independente do manuseio e da leitura. Um arquivo virtual para disponibilizar esses documentos já foi possível tempos atrás. No momento ele se encontra fora do ar por motivo de piora geral da situação nacional. A página é: www.documenta.ufsj.edu.br... que eu espero que em breve volte ao ar. Importante dizer que esses bancos de dados são abertos, em planilhas do Excel que são lidas por diversos programas. Qualquer pesquisador pode baixar esse banco de dados e trabalhar diretamente com eles. Além do banco de dados, passamos a digitalizar e microfilmar. Na página, por mecanismos de meta-busca, você procura um documento, seleciona os que você quer e clica neles. Você pode então abrir a ficha do documento e baixar o banco de dados e sua localização. Por ventura, se ele já estiver digitalizado, vai dar acesso integral às imagens do documento. É um projeto muito generoso de construção de um arquivo virtual. Na verdade, o projeto todo com documentação judiciária é um projeto que deveria ser feito pelo próprio Tribunal de Justiça, um pouco a exemplo do que se tem aqui no Rio Grande do Sul, que é uma memória do judiciário ativa que desenvolve projetos e atividades. Nosso grande desejo seria que o Tribunal de Justiça do Estado o financiasse, com captação e gestão permanente de recursos que garantisse o tratamento dessas fontes.

Marluce Fagundes: Em Minas Gerais há um arquivo do Tribunal de Justiça específico?

IAV: Não, esses acervos encontram-se em fóruns do interior, milagrosamente conservados. Acho que isso tem a ver com uma certa vocação burocrática precoce de Minas Gerais, talvez pela presença antecipada da coroa no processo. Enfim, em Minas Gerais, papéis são bem tratados.

MOC: E quanto ao período colonial?

IAV: Sim. Nós temos acervos em que os documentos recuam a mil setecentos e oitenta e poucos, colônia ainda. Nesses acervos você encontra processos cíveis, testamentos, inventários, processos criminais, livros de querelas (livros utilizados até a mudança do código

em 1832), dentro desses processos cíveis você encontra ações de liberdade... Com tantos dados para mim é difícil resistir à tentação de começar a quantificar porque vários desses acervos não são (estamos bastante convencidos disto) amostras que sobreviveram, são a íntegra da produção judicial dessas localidades durante um século. O trabalho que eu apresentei ontem é o resultado mais recente desse tipo de esforço de reconstrução de estatísticas criminais e dados demográficos que permitam ver o comportamento e ajustamento desses elementos a longo prazo. Este processamento permite visualizar e perceber coisas que não estão visíveis tão facilmente nos documentos. Na hora que você soma e localiza, você percebe o que está se passando de verdade. Embora na Europa essa quantificação seja feita por historiadores, no Brasil, a recepção dessa literatura e desse tipo de abordagem é sobretudo algo que diz respeito a sociólogos, mais especificamente as teorias do Norbert Elias ou diferentes vertentes da teoria da modernização e análise da criminalidade da violência. No Brasil, uma abordagem de estudo de longa duração e a tentativa de pensar processos e variáveis estruturais de longo prazo é algo que não tem muita “ventilação” dentro da produção historiográfica. A tendência mais dominante é a de trabalhos de curto prazo, mais focados e delimitados. A emergência de perspectivas como a micro-história, a história das mentalidades, a saída de moda de tudo que diz respeito à abordagem marxista, inclusive termos (que foi uma coisa muito saudável), isso tudo converge para que esta perspectiva de uma história serial de uma longa duração seja pouco visitada. Ontem eu falava com as pesquisadoras da Argentina que estavam aqui, que este é um trabalho muito difícil pelo tempo que demora e porque, tanto na Argentina como aqui, temos financiamentos que exigem produção, respostas rápidas, vamos dizer assim. E eu sinto uma dificuldade enorme de produzir pessoas que queiram continuar trabalhando com isso. Sinto que quando eu parar, esse trabalho vai parar junto. Isso porque tenho uma enorme dificuldade de seduzir meus orientandos para o trabalho. Primeiro por uma “alergia” a números e estatísticas, o que normalmente é uma coisa da área de humanas, onde normalmente a pessoa escolhe para fugir de cálculos, de somas, etc. É um trabalho com bancos de dados e eles acabam escolhendo recortes mais delimitados, que tem produzido ótimos trabalhos, mas que não dá continuidade a este projeto.

MOC: Mas o resultado acaba sendo de extrema qualidade. É um processo demorado, mas percebe-se nos dados um resultado muito sólido e de qualidade que pode ter um impacto para outras reflexões...

IAV: É [um resultado] empiricamente muito alicerçado, muito bem fundamentado. E isso certamente remete ao que nós falávamos no começo, a um cacoete de uma certa tradição sociológica que remonta Durkheim. Na verdade, a sociologia surge da junção que Durkheim faz entre a estatística, dados estatísticos de grande porte e teoria de processos largos. O trabalho clássico que funda isso é "O Suicídio", do Durkheim. E isso se torna uma tradição na sociologia, o que, do ponto de vista da minha formação, está integral.

MOC: E quais as possibilidades desses acervos mencionados? Tem gerado frutos?

IAV: Vários. Muitos pesquisadores que já estão no final de sua formação, na etapa final de seus doutorados o utilizam. Há trabalhos variados, por exemplo, de imigração, inclusive de imigração italiana, que começou com uma ex-bolsista que descobriu crimes de italianos, envolvendo italianos em Oliveira. Ela descobriu que há um expressivo núcleo italiano em Oliveira antes das políticas de imigração do Império, de obtenção de mão de obra europeia. Há trabalhos que focam em curandeiros, feiticeiros, a partir dos processos. Há trabalhos que fazem uma nova abordagem da história política local, com processos que revelam disputas intra-elites, famílias poderosas e etc. São projetos de iniciação científica, de mestrado, doutorado que se desenvolveram em função desta documentação que nós levamos para o laboratório no campus da Universidade. A documentação tem que ser tratada, em câmara de nitrogênio, desinfestada, higienizada manualmente, restaurada e obturada (processo de recuperação o papel) e toda a identificação é feita no laboratório. Então, muitos desses projetos surgiram por iniciativa de alunos, voluntários muitas vezes, que trabalhavam na higienização e, ao higienizarem o documento, prestaram atenção no que estava escrito ali. Surgiram, por exemplo, estudos de gênero, de crimes contra mulheres. Eu estou orientando um projeto, que está dando resultados, de crimes envolvendo honra, com uma discussão das concepções de honra. Outro tema é crimes envolvendo escravos que estão nesse avolumado de processos criminais. Há, então, uma miríade de temas que já surgiram dessa documentação. Inclusive muitos estudantes que não são da nossa instituição mas, sabedores do acervo pela divulgação da página, vão pra lá pesquisar e desenvolvem projetos usando essa documentação e os dados que nós disponibilizamos nos bancos.

MOC: O senhor é professor da UFSJ desde a década de 1990. Nesses anos, no ensino e na pesquisa, é possível ver diferenças e mudanças no perfil do estudante de História? Sobre tudo os pesquisadores que estão hoje trabalhando com o senhor?

IAV: Exatamente, desde 1990, início de 1990. Uma coisa que é perceptível hoje em relação não só aos estudantes, mas ao circular pelos departamentos de história, é a grande diversificação de temas de pesquisa. Há trinta ou quarenta anos os temas eram mais ou menos os temas clássicos: história econômica, história política com uma marcação mais convencional. Hoje, os alunos são formados como pesquisadores ou futuros historiadores, e vocês certamente vivem isso também, com uma historiografia mais estilizada em termos de temas e variedades de assuntos. Abre-se um leque de possibilidades de pesquisa que, obviamente, tem a ver com uma recepção muito grande no Brasil de vertentes historiográficas como a micro-história, a história social inglesa, a história das mentalidades na França e, sobretudo, com a enorme criatividade de grande parte desses autores. Há agora uma grande disponibilidade de temas e mesmo um olhar mais criativo sobre temas antigos. É o caso, por exemplo, da escravidão e todo o mundo de pesquisa que envolve questões que se aprofundam no conhecimento da experiência, como estudos sobre família escrava, formas de sociabilidade, etc., questões que vão além daquela tradição do estudo do sistema escravocrata ou do modo de produção escravista. Atualmente há uma pauta não hierarquizada, muito mais aberta.

MOC: Não se hierarquizam estudos como mais importantes que outros?

IAV: Exatamente. Na minha geração você tinha temas nobres e temas irrelevantes. Mas isso se abriu muito. Se pegarmos o marco de 1990, coincidentemente é a queda, cai o muro [de Berlim], é o fim de um mundo também, que teve influência na forma de produzir e formular perguntas para a realidade. Paradigmas mais rígidos, como o marxismo, o estruturalismo, o funcionalismo, e outras variáveis que, mesmo que não fossem explícitos, estavam implicitamente presentes na produção científica das ciências sociais brasileira, entram na década de 1990 extremamente enfraquecidos. De certa forma, muitos desses paradigmas caíram junto com o muro.

MOC: Quais as motivações que o levaram a estudar a estrutura judiciária no século XIX? E quais as dificuldades que o senhor encontrou dos anos 90 para cá nos arquivos, na escrita da tese?

IAV: A motivação foi uma enorme curiosidade a partir do primeiro contato com um processo criminal datado aproximadamente de 1815. Eu nunca tinha lido os documentos porque eu não sou historiador de formação, e eu lembro a primeira vez que eu fui para um arquivo, com essa colega historiadora (que hoje já está aposentada). Eu fui introduzido nesse mundo de papéis velhos, com cheiro de naftalina que, embora fosse agressiva, era o que se colocava na maioria dos arquivos. E foi uma enorme curiosidade, que vai do próprio conteúdo do processo... qualquer pessoa que tenha lido um processo crime, sobretudo de períodos mais afastados – portanto não muito formatados burocraticamente – fica meio seduzido pela própria narrativa, porque o processo é narrado de uma forma muito pouco burocrática, portanto com cores. Você tem o evento narrado por diferentes testemunhas, testemunhas que você quase consegue ouvir a diferença da voz, porque a pena do escrivão não formata. Lembro que a pergunta que eu fiz foi: “quantos desses processos têm?” E ela respondeu: “Olha, mais ou menos 1500, um pouco mais”. Começamos a pegar os livros da década de 1810/1820, rol de querelas e livros de queixas já concebendo a ideia de fazer um banco de dados e começar a contar e quantificar. Então, então a surgir perguntas de como funcionava essa justiça. Hoje a produção sobre isso aumentou muito, mas no início da década de 1990 praticamente inexisteriam estudos. A visão que tínhamos era um único trabalho, “Homens Livres na Ordem Escravocrata” [de Maria Sylvia de Carvalho Franco], além de alguns outros poucos trabalhos como o da Celeste Zenha, no Rio. E era uma visão totalmente estereotipada da justiça colonial e imperial. Então as motivações foram essas: o acesso ao mundo do arquivo e do documento, o que me seduziu de imediato, mas, também, uma motivação vinda de uma série de perguntas que a bibliografia não respondia. Vocês perguntaram das dificuldades... Tivemos a sorte de atravessar duas décadas muito felizes em termos de possibilidade de financiamento e de uma crescente preocupação, conscientização, discussão acerca de políticas de patrimônio, preservação de arquivos, de memória, etc. Então as dificuldades são especificamente aquelas do dia-a-dia do pesquisador, que são as mesmas para todo mundo: a página em branco, os dados que não fecham ou que nos surpreendem (como dizia Bourdieu, “o efeito desconcertante dos números”, que não confirmam nossas esperanças). Mas as dificuldades do projeto Fórum DOCUMENTA foram as que, como historiadores, nos deparamos constantemente: o problema da preservação e acesso dos arquivos. Nós vivemos com esse problema. Por exemplo, você vai ao Rio de Janeiro fazer uma pesquisa, consegue preparar quinze dias das suas férias para ir ao Arquivo Nacional e quando chega lá um elevador está quebrado, não tem acesso aos documentos... Esse tipo de situação. O problema dos arquivos é algo central para nós e de uns tempos para cá as dificuldades aumentaram muito, as verbas estão secando. No

quadro geral que estamos, está tudo indo ladeira abaixo. Até que alguém segure essa pedra no meio do caminho, ela está em queda livre. O país... Inclusive há um debate agora na esfera governamental que pretende aprovar uma legislação que permita o descarte puro e simples de documentos, que seriam digitalizados e descartados. Isto é extremamente perigoso, por que qualquer mídia e, sobretudo mídia digital (dependo da forma como a digitalização for feita) pode se perder com o apertado errado de um botão. Nós temos no dia-a-dia esse tipo de dificuldade. Por exemplo, nossa página já esteve fora do ar durante um ano, pois tivemos que captar recursos para um provedor novo e colocá-la no ar novamente. Percorremos um corredor burocrático enorme, uma dificuldade diária para fazer as coisas andarem. E nós administramos o arquivo há anos, mas permanentemente a negociação com diferentes instâncias burocráticas da justiça, da universidade.

MOC: Parece que se tem que provar o valor da pesquisa constantemente...

IAV: É um trabalho eterno de convencimento e sedução dos demais, porque nós, cotidianamente, pela nossa atividade, sabemos da importância dos arquivos. Mas, para além de nós, essa importância tem que ser reiterada diariamente. Um exemplo banal: O reitor e o pró-reitor de pesquisa da universidade são da área de engenharia, de exatas. Então você tem que explicar todos os detalhes, contando com a sorte para que a pessoa se deixe seduzir. E às vezes a explicação gera só curiosidade, “Ah, que interessante”, “Então é isso? Olha, que bacana!”, “Ah, é assim que vocês fazem história?”. Mas não gera nenhum tipo de empatia, de ação, de apoio. Este é um exemplo simples, mas isso é muito cansativo e essas dificuldades estão aumentando, não neste sentido, mas no sentido mais geral de captação de recursos. Recursos estão meio esgotados e, não digo eu, é a própria realidade, os arquivos estão ameaçados, vários estão fechando, sem condições de atendimento ao público.

MOC: O senhor consegue associar a sua tese a esse projeto? Ela foi fruto desse projeto?

IAV Sim. A tese é resultado do primeiro acervo que nós trabalhamos. E depois da tese, todos meus esforços passaram a se concentrar em seguir construindo este mosaico. Um pouco como peças de um mapa. Imediatamente depois da tese, uma circunstância aleatória foi extremamente favorável. Nós tínhamos um projeto de laboratório de documentação, mas que era um projeto que, numa salinha pequena, tinha uma mesa com alguns instrumentos para limpeza e um funcionário. E então temos a informação, trazida por alunos, de que na cidade

de Oliveira tinha saído uma matéria no jornal em que o juiz dizia que iria queimar toda a documentação do Fórum. Mas quando vimos, a notícia era um apelo dramático dele, chamando atenção da cidade, porque não se tinha como manter o acervo. Era uma documentação que atravessava todo o século XIX, iniciava no final do XVIII e ia até a República Velha. Decidimos conversar com o juiz e fizemos um primeiro convênio. Toda a documentação tinha molhado em uma inundação porque ela ficava no subsolo do Fórum. Esse juiz, heroicamente, mobilizou os funcionários e outros voluntários pra salvar essa documentação a colocando no sol. A sorte que o papel era de fibra e de boa qualidade, não como os de hoje que não resistiriam. E esse começa a ser nosso primeiro acervo. Já com essa documentação, eu consigo convencer o reitor a nos fornecer uma área maior para tratá-la sob o argumento de que nós desenvolveríamos um projeto para comprar o maquinário. E assim foi feito: conseguimos em dois editais um volume de recursos que possibilitou montar um laboratório de conservação e restauração e nosso funcionário, através de um convênio, faz um treinamento no Arquivo Público Mineiro para aprender os procedimentos. Na sequência somos procurados por outros fóruns como Itapeverica, o acervo de Queluz (hoje Conselheiro Lafaiete, mas era Queluz no Império, uma vila importantíssima), Formiga. Isto ocorre por iniciativa inclusive de ex-alunos que, tendo participado do projeto, voltam para as suas cidades e descobrem que há um acervo no fórum; eles mesmos estabelecem contatos entre nós e a prefeitura. Portanto, minha atividade de pesquisa veio, desde então, integralmente ligada a esses processos e às informações desses acervos. E, portanto, toda ela está voltada para criminalidade, justiça.

MOC: Gostaríamos de falar um pouco mais da sua tese. Ela foi premiada em 2003 pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e o senhor utilizou um número bem considerável de fontes, processos crimes, querelas e relatórios. Eu destaco uma reflexão sobre o judiciário do XIX e suas instâncias, funções e a criação de cargos, para um controle daquela sociedade. Com isso, o senhor tentou localizar o papel da justiça no processo de consolidação do Estado imperial e apontou para sua face sedutora já que, ao incorporar indivíduos, ofereceu possibilidades de se recorrer à ela para a resolução de litígios. Uma justiça que era até então não tinha vias possibilitadoras para isso. O senhor ainda se debruça sobre esta questão? Sobre justiça? O senhor avançou mais sobre esse alargamento, sobre o que é justiça e suas fontes nos últimos anos?

IAV: Sim. Várias coisas que eu fiz, que publiquei desde então, de certa forma todas são corolários dessa questão central. Numa lente mais ampliada, é uma forma de interpelar o processo de constituição do estado nacional e os processos sociais que se relacionam a isso. A

justiça é um lugar privilegiado, eu entendo assim, para percebermos isso, porque justiça é, por definição, aquilo que constitui a própria natureza do estado. O Estado, alguém disse isso, é uma máfia que deu certo, é uma instituição que recolhe tributos e oferece proteção. Essa proteção é a proteção contra injustiças, seja ela perpetrada por inimigos externos (é o caso da proteção das fronteiras), seja ela perpetrada por inimigos internos (te protege do teu vizinho, etc.). Enfim, a justiça é central na própria constituição do Estado Moderno. Não por acaso, uma enorme revisão das teorias do estado, já há algum tempo e, sobretudo na Europa, vêm sendo postuladas a partir da história do direito. É o caso da obra monumental do Hespanha, a obra seminal do Clavero e de tantos outros. Eu sou meio improvisador e o fato de eu não ser propriamente um historiador me dá certa liberdade. Eu publiquei sobre polícia em processos que me chamavam atenção, indagando sobre polícia, sobre a guarda de pedestres. A partir de processos envolvendo a questão da cor – o liberto – tentei entender seu lugar nessa sociedade. Fiz artigos mais pesados, em um sentido de mais chatos mesmo, em uma tentativa de refletir sobre o debate do pensamento social brasileiro, no qual a questão do estado sempre foi central. Eu agora estou me voltando para a República, uma literatura que há muito tempo eu não frequento. Mas por quê? Assim como eu tive que fazer para entender a passagem da Colônia para o Império, fazer um investimento grande para tentar compreender o que se passava, o mesmo está sendo necessário para poder articular o processo dentro de referências teóricas ou modelos explicativos mais amplos. A medida que nós compilamos dados que vão até 1930, estamos descobrindo que alguma coisa de extrema significância está se passando ali. Há um arranque impressionante da violência, como eu mostrei ontem. Há regiões com taxas criminais que chegam a 74 a mais por 100 mil habitantes. Essas são taxas que, para se ter noção, raramente se tem na guerra. Hoje em dia, essa situação de calamidade de cidades como o Rio de Janeiro, Fortaleza, Maceió (embora vão se alternando as capitais mais violentas) oscila em taxas de homicídio estimadas em 50/100 mil habitantes em média, por exemplo. Então, a partir da arrancada que eu comentei, nós temos o interesse em entender outras variáveis, como o que está se passando com o estado, o que está se passando com a justiça, a ampliação de efetivo policial, questionamentos que são parte da tentativa de entender o fenômeno constatado. E voltamos a Bourdieu, que eu citei antes, do efeito desconcertante dos números, que te fazem questionar... Todo este processo se relaciona com a tese central que eu venho sustentando, que é a ideia do papel central da justiça, em termos da validação social, em termos da ação social de todo o aparato de justiça, sem o qual o estado não tem sentido, ele é apenas uma tropa de ocupação. O fracasso recente das UPPs, para mim só pode ser entendido nesse enquadramento. Então a validação dos aparatos de justiça, como

parte central da conquista do monopólio da violência legítima pelo estado, continua até hoje. E essa é a tese central que temos buscado entender, ver como ocorre esse processo. Mas por um lado, é necessário entender lá em baixo, como os homens e mulheres comuns, no seu dia-a-dia, utilizavam e se valiam da esfera da justiça. Ou seja, entender o que está por trás do ato do *seu* João das Neves de decidir levar até a justiça uma queixa por injúria contra sua vizinha que o chamou de nomes impróprios e impronunciáveis na frente de outras pessoas em um dia específico, em uma certa taberna. Isto é um aspecto. Por outro lado, é importante entender qual o processamento que isso tem dentro da justiça e entender como isso, no conjunto, quando se aumenta o campo de visão, está produzindo essas relações, em termos da legitimação do estado e da sua presença na vida social. Voltando ao meu trabalho atual, como nós estamos enfocando nossos dados? Estamos eliminando as outras variáveis estruturais – crise econômica, ampliação espetacular de efetivos policiais, etc. O que nós estamos observando é a emergência da violência de uma forma incontrolada nas primeiras décadas do século XX. E isso, do ponto de vista do modelo que estamos trabalhando, está indicando um estado em processo *descivilizador*. Ou seja, uma perda de legitimidade do aparato de justiça e da capacidade dele influir e negociar condutas, comportamentos, contenções. Utilizando aqui, não de forma muito enrijecida, mas como guia, a teoria de Norbert Elias sobre o processo civilizador. Os pontos de referência de compreensão e as variáveis fundamentais que este autor apresenta para entender processos de longa duração, que têm a ver com a constituição do Estado moderno, ainda me parecem as mais frutíferas.

MOC: Sua produção é mais voltada para o Império. De forma geral, com os seus últimos trabalhos, o senhor poderia pontuar as principais características do século XIX?

IAV: Em linhas gerais, a obra do Império é bastante significativa em termos da construção dos marcos legais: a codificação – o código criminal, o código do processo e a lei da reforma do código do processo de 41– e ainda a criação do Supremo Tribunal. Essa estrutura, a estrutura da justiça e a forma como ela funciona, se define no Império e, nesse sentido, alcança uma razoável estabilidade. Vai ter apenas uma pequena mudança na década de [18]70 que envolve fundamentalmente a questão do habeas corpus. Os dados que estamos trabalhando estão nos convencendo de que o que está ocorrendo neste momento é um processo de pacificação da sociedade, em grande parte – assim nós entendemos – a partir da própria presença da justiça e de seu aparato no dia-a-dia dos homens e mulheres comuns. Porque também é obra do Império a expansão do alcance da justiça em todo o território pelo

surgimento de cargos definidos no Código do Processo: cada município deveria ter um juiz municipal, juízes de direito, juízes de paz deveriam ser eleitos em todos os distritos, etc. Não que na colônia não houvesse toda uma estrutura. Nas Ordenações Filipinas se tinha uma estrutura de cargos também bastante grande, mas que muitas vezes não funcionava para além do juiz ordinário, que era o vereador da câmara. O reflexo dessa estrutura se vê nos processos quando se compara proporcionalidade. Há uma diminuição, uma queda, dos homicídios ao longo do tempo, e isso seguramente está indicando esse processo de pacificação. O que ocorre a seguir é o que estamos tentando entender agora. Alguma coisa se quebrou, alguma coisa se parte com o fim do Império.

MOC: Essa pacificação constatada em sua pesquisa iniciou na República? O que os dados revelam?

IAV: Ao quantificar todos esses dados, fomos surpreendidos por uma curva, uma quebra que ocorre exatamente no final da década de [18]80, [18]89/[18]91. A tendência da curva passa a uma escalada que impressiona. Até nós termos os dados demográficos para calcular isso por habitante, acreditávamos que era apenas consequência do aumento da produção judicial. Pensávamos que quando tivéssemos o número de habitantes, a curva iria cair, iria assumir novamente uma normalidade esperada. Mas não, ela se confirmou. Então isso me leva imediatamente a pensar no José Murilo de Carvalho e na forma como ele chama a atenção para o caráter autoritário, de supressão de direitos, para a antipatia popular do projeto republicano. Estas questões me induziram a tentar entender o que estava se passando ali. Porque a associação é direta - no fim do Império e início da República a curva se modifica. Precisamos então voltar para o arquivo e começar a pesquisar efetivos policiais, relatórios de chefes de polícia, a tentar achar correspondências. Essa documentação é muito mais enfadonha do que a documentação, pelo menos a da primeira metade do Império, que eram aquelas cartas manuscritas mais livres, os juízes botavam seus pensamentos, eram até capazes de escrever rimado. Na República a documentação é mais burocrática, se têm mais efetivos, há a ampliação de orçamentos de segurança, etc. Estudos como o do [Marcos Luiz] Bretas, o Guerra nas Ruas, já vêm mostrando há algum tempo que entre polícia e cidadãos estabeleceu-se, a partir da República, uma guerra. Na verdade a República inaugura esse modelo que nós temos até hoje, da que já se chamou de *polícia de moleque* – essa que entra todos os dias na favela, que trata todos como se fossem moleques, sem nenhum respeito... E que é uma polícia que trata diferente os grupos mais privilegiados - nos termos de hoje, os meninos brancos de

famílias bem aquinhoadas. Esse modelo sabe-se que se define na República. Não é à toa que antes de fazer a sua constituição, se reforma o código criminal - um código que, fundamentalmente, foca na criminalização da população pobre e, sobretudo, negra, estabelecendo o crime de vadiagem, crime de capoeira, etc. É uma criminalização das atividades próprias desse grupo social mais pobre. Na República, a questão social que começa a emergir nesse momento será tratada como uma questão de polícia; a República Velha praticamente atravessou três décadas em estado de sítio. Apenas em poucos anos o estado de sítio foi suspenso, é um projeto profundamente autoritário. Todos estes fatores devem ser pensados quando olhamos para aqueles dados. E nos retorna aquela questão de como a criminalidade é um fenômeno social que diz muito do que está se passando na sociedade como um todo, do que está acontecendo na República. Esse é nosso ponto de largada e estamos agora nos arquivos tentando ver de novo: em quem impactou? O código criminal impactou em alguma coisa, do ponto de vista dos processos? Com isto, tivemos que voltar no banco de dados e nos processos para tentar fazer algumas perguntas como: o que é que acontece antes de 89 e depois de 89? Ou, o que está mudando na década de 1890? É possível perceber mais claramente nos dados alguma mudança? Nos relatórios –relatórios de chefe de polícia, relatórios ministeriais, etc.– é necessário ver o que se encontra em termos de definições de políticas públicas de segurança, o que se encontra na correspondência de delegados e chefes de polícia da região que estamos tentando compreender. Agora nós – quando eu falo *nós* não é o plural majestático, é porque somos eu e a Cristiana Viegas que estamos trabalhando com isso – iremos tentar entender o que se passa aí, o que se passa nesse período, indagações surgidas a partir de uma constatação empírica dos dados que viemos computando. Essa é a forma pela qual eu prefiro trabalhar e acho isso interessante. Eu costumo dizer para os meus orientandos: “procure primeiro entender o que se passa, o que está acontecendo de fato”. Isso porque em muitos casos temos a tendência de – às vezes até por paixões momentâneas, se não paixões, por fortes simpatias por determinados autores que estamos lendo – pegarmos esse autor, essa teoria e fazer os projetos de “cabeça para baixo”: iniciamos com toda uma introdução teórica e encontramos algo na realidade que encaixe e que nos permita continuar abraçado àquele autor, àquela teoria, ou àquele modelo de explicação. E eu acho que isso está de cabeça para baixo, acho que primeiro temos que ver o que está passando. Por exemplo, você olha pra fora e vê que está chovendo, então é isso que se tem que explicar, “por que está chovendo?”. Não adianta você fazer perguntas a respeito da neve, porque não tem neve ali. O seu problema é a chuva, é isso que está se passando. Então, tudo o que eu me interessei e publiquei parte dos números, parte do empírico. Eu tenho dois

artigos sobre eleições de juiz de paz que surgiram porque um dia eu me surpreendi diante de uma ata de eleição de juiz de paz onde vejo a presença dos eleitores; havia por volta de seiscentas pessoas votando. Indago qual era o universo de eleitores e vou ao banco de dados que temos disponível em Minas das listas populacionais, e olho na década de [18]30. Eu filtro: mulheres não votavam, menores de 21 anos não votavam, apenas homens, livres, maiores de 21 anos. Então eu tiro das listas populacionais as mulheres, os escravos e os menores de 21 anos e o que sobra, *bingo*, praticamente o mesmo número. Ou seja, a presença na votação de juízes de paz é maciça e vejam que não era obrigatório. E quando analiso a disputa, tenho um candidato com 280 votos, o outro com cento e tantos e votos dispersados em mais de 70 candidatos; estava claro que ali havia uma disputa entre dois candidatos fortes. Diante disso começam a me interessar as eleições de juiz de paz já que não pareciam corresponder àquela visão caricata do Império de que as eleições eram “pra inglês ver”, carta marcada, o “dono do pedaço” mandava e todo mundo votava. Fui então olhar outras atas. Consegui, com certa felicidade, localizar candidatos e localizar seus inventários ou, quando não pude localizar os inventários (pela diferença de datas), pude localizar os inventários do pai, testamento ou dados sobre o candidato que fossem mais ou menos na mesma época e que permitissem aquilatar quem era a pessoa. Eu descobri homens comuns ganhando de proprietários que tinham planteis de 60 escravos, derrotando, portanto, aquele que seria o mandão local. E nessa época exatamente os liberais moderados estão nos jornais fazendo sua pregação sobre Juiz de Paz, justiça para o povo. Por tanto, a partir da constatação de um número de uma ata, não números pelos números, mas a partir do que eles dizem do que está se passando ali, eu produzi alguns artigos sobre eleições de Juízes de Paz e fui me interessar por uma conversa mais com essa história política que se faz atualmente. Então a minha curiosidade vem dessas coisas, eu tento não dispersar, mas, olhando, mesmo assim tem certa dispersão, têm tentativas. Vi um processo durante a tese que ficou na minha cabeça e decidi voltar a ele quando a terminei de escrever. Esse documento virou um artigo que chamei de “Redes de Solidariedade da Cor”. Me chamou atenção porque todas as testemunhas eram negras e o processo envolvia um pardo que tinha matado um branco. Essas pessoas não eram escravas, eram libertas. Ao ver a narrativa do processo, ela me indicava que se tratasse do contexto de relação entre pardos e liberais moderados que, na época, um amigo meu por felicidade estava escrevendo sobre. O estudo se relacionava com esses trabalhos mais de micro-história, que acho muito interessantes, porque a partir de detalhes, de indícios, ir tecendo um pouco a ordem dos acontecimentos, da narrativa. Então esse investimento nasce disso no grupo de pesquisa que trabalhei durante muito tempo – PRONEX, coordenado pelo

José Murilo de Carvalho, Gladys Sabino, Lucia Neves, em diferentes momentos – nos quais existiam encontros anuais, onde apresentávamos as pesquisas em andamento e os resultados, com meus gráficos, meus mapas (mapas são recentes...). Tem relação com o que venho falando, com sempre tentar entender um pouco o que está se passando. Claro que temos algumas ideias iniciais, *insights*, e obviamente não olhamos os dados com olhos de criança, com olhos inocentes, estamos sempre impregnados de coisas. Por exemplo, eu intuo algo porque aqueles números me trazem a mente “Os Bestializados” do José Murilo de Carvalho e toda essa discussão sobre a República. A República Velha é uma coisa antipática. O Império, por exemplo, é um debate. Há historiadores que têm simpatia por aspectos do Império e antipatias, obviamente; a própria elite imperial é um debate, atrai antipatias e admirações. Mas a República Velha não vejo ninguém, nenhum historiador que nutra [simpatia]... é um período tão antipático que a única coisa boa foi Getúlio ter acabado com aquilo e amarrado o cavalo no Obelisco. Enfim, a República Velha tem aquele ranço de fraque e cartola e bigodão e foi profundamente antipopular. E a imagem que nós temos não é gratuita, era um projeto autoritário que emerge de um golpe, apropriado depois pelas elites do sudeste (que inicia a política do café com leite), e não conheço nenhum historiador que tente desconstruir essa imagem. A República é marcada fortemente por ideias de eugenia social, de combate a todos os direitos sociais, de superação dos direitos políticos, etc. Então, a partir daqueles dados, vem toda essa imagem. O que eu vou olhar, as perguntas que eu estou fazendo para o documento é uma tentativa de “botar mais prego nesse caixão”. A ideia inicial, a hipótese que nós estamos trabalhando é que esse caráter antipopular da República deva estar na raiz da explicação de nossos dados. É um estado de anomia quando as instituições – e estamos vivendo isso hoje – não são capazes de granjear respeito e não são capazes, portanto, de orientar um comportamento. Numa situação de anomia, parecida com a que vivemos, uma pessoa vai pensar duas vezes se respeita ou não quando o guarda apitar na esquina, porque ele está vendo diariamente que ninguém respeita nada. Essa é aquela situação que o Durkheim chamava de anomia e que o Elias define como um processo *descivilizador*, ou seja, um retrocesso no processo de civilização e pacificação da vida cotidiana.